



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

Nº 00333

PROCESSO SMA

Nº 13.653/01

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental de Instalação**, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA/102/2005 e na Licença Ambiental Prévia 00762, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: RODOVIAS DAS COLINAS S.A.

CNPJ: 03.025.305/0001-46

LOGRADOURO: AV. ANTÔNIO GAZZOLA, 1001.

BAIRRO: JARDIM CORAZZA

MUNICÍPIO: ITU

CEP: 13301-245

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: DUPLICAÇÃO DA RODOVIA DOM GABRIEL PAULINO BUENO COUTO

LOGRADOURO: SP 300

MUNICÍPIO(S): JUNDIAÍ, ITUPEVA, CABREÚVA, ITU.

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: DUPLICAÇÃO DA RODOVIA DOM GABRIEL PAULINO BUENO COUTO - SP 300, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE OS KM 87+000 E 98+000, NOS MUNICÍPIOS DE CABREÚVA E ITU.

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental de Instalação deverá permanecer no local do empreendimento.
- Previamente à operação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Operação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Operação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental de Instalação não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra(m) a presente Licença 01 anexo(s).
- O prazo de validade desta Licença Ambiental de Instalação é de 02 (DOIS) ano(s), a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

USO DA COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Data: 18/03/05

JOSÉ GOLDEMBERG - Secretário de Estado



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 01/01

PROCESSO SMA

Nº 13.563/01

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO N º 00333

Durante o prazo de vigência da LI, o empreendedor deverá atender às seguintes exigências:

- 1) Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento das obras informando os aspectos relevantes da implantação do empreendimento, os resultados dos monitoramentos previstos, a situação da implementação das medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias e dos programas ambientais, e o estágio de atendimento às exigências ambientais preconizadas no processo de licenciamento ambiental do empreendimento. Deverão constar também desses relatórios as não conformidades observadas durante a execução das obras e as respectivas medidas corretivas adotadas, indicando a causa das não conformidades e avaliando a necessidade de implementação de medidas adicionais ou de adequação das medidas ambientais previstas no licenciamento.
- 2) Apresentar os Projetos de Reposição Florestal aprovados pelo DEPRN e informar nos relatórios semestrais o estágio da implantação dos mesmos;
- 3) Informar em até 30 (trinta) dias após a emissão da LI, qual será o destino final para restos de obras e embalagens, entulhos e restos de madeiras, comprovando a regularização ambiental nos órgãos ambientais;
- 4) Apresentar as outorgas obtidas do DAEE antes do início das intervenções em recursos hídricos;
- 5) Firmar o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA em até 60 (sessenta) dias após a emissão da LI para o trecho em questão e informar nos relatórios semestrais o progresso no atendimento do mesmo;
- 6) Executar a recuperação, limpeza e/ou adequação física daquelas passagens sem condições de utilização pela fauna para travessia da rodovia;
- 7) Quando for necessária a utilização de novas unidades de apoio (áreas de empréstimo, bota-foras e unidades de apoio industriais), o empreendedor deverá providenciar as autorizações e/ou licenças ambientais pertinentes e apresentar os planos de utilização e recuperação final de tais unidades.

Para a obtenção da Licença Ambiental de Operação, deverão ser apresentados:

- I) Relatório final comprovando a conclusão das obras de duplicação no trecho entre os km 87+000 e 98+000 da rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto – SP 300, informando os resultados dos monitoramentos previstos, a situação da implementação das medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias e dos programas ambientais, a análise da eficiência das medidas preventivas e mitigadoras adotadas, e o estágio de atendimento às exigências ambientais preconizadas no processo de licenciamento ambiental do empreendimento. Deverão constar também desse relatório as não conformidades observadas durante a execução das obras e as respectivas medidas corretivas adotadas, indicando a causa das não conformidades e informando se foram implementadas medidas adicionais ou adequadas as medidas ambientais previstas no licenciamento;
- II) Os resultados da campanha de medição dos níveis de ruídos nos pontos identificados como críticos, a ser realizada imediatamente após o término das obras, com acompanhamento de técnico do Setor de Avaliação de Tecnologia do Ar, Ruído e Vibrações da CETESB, conforme orientação dessa Companhia e, caso tenham sido identificados locais com níveis de ruídos superiores aos valores permitidos pela legislação vigente, implementar medidas mitigadoras em até 90 (noventa) dias.

O empreendedor deverá implementar o Plano de Ação de Emergência - PAE aprovado pela CETESB, imediatamente após a obtenção da LO, relatando as atividades desenvolvidas nos relatórios anuais a serem apresentados ao DAIA durante a operação do empreendimento.

XX  
XX

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem